



| Secretaria da
Fazenda e Planejamento

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - 2020

ABRIL/2021

SUMÁRIO

A. CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - DESENVOLVE SP	3
1. A INSTITUIÇÃO	3
2. INTERESSE PÚBLICO	5
3. POLÍTICAS PÚBLICAS	5
3.1. Financiamento ao Desenvolvimento Econômico	6
3.2. Fundos Garantidores	8
3.3. Fundos de Desenvolvimento	9
3.4. Fundos de Investimento em Participações (FIP)	9
4. FONTES DE RECURSOS	10
5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2019 – 2023) E PLANO DE NEGÓCIOS 2020	11
6. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO	13
7. GOVERNANÇA CORPORATIVA	15
7.1. Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos	18
7.1.1. Estrutura de Sistemas	19
7.1.2. Controles Internos	19
7.1.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital	19
7.1.4. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	21
7.1.5. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo	22
7.2. Auditoria Interna	22
7.3. Transparência	22
7.4. Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	23
7.5. Ouvidoria	23
7.6. Remuneração dos Administradores	24
8. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	25
9. CONCLUSÃO	26

A. CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - DESENVOLVE SP

A presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa foi subscrita pelos membros do Conselho de Administração e apresenta os compromissos de consecução dos objetivos de políticas públicas e de governança do Desenvolve SP – O Banco do Empreendedor, durante o exercício de 2020.

1. A INSTITUIÇÃO

O Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., foi constituída ao amparo da Lei Estadual nº 10.853/2001, e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007. É uma sociedade por ações, faz parte da Administração Indireta do Estado de São Paulo, constituída como pessoa jurídica de direito privado de capital fechado, é uma empresa pública não dependente e nunca recebeu recursos do Tesouro para despesas de custeio ou para pagamento de pessoal.

Tem por objeto a promoção do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, concebendo e implantando ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional, bem como administrando os Fundos de Desenvolvimento do Estado e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Sua marca empresarial é **Desenvolve SP – “O Banco do Empreendedor”** e sua sede está localizada na capital do Estado.

O capital social subscrito e integralizado ao final do exercício de 2020 alcançava R\$ 1.041.977.103,48 (um bilhão, quarenta e um milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e três reais e quarenta e oito centavos), dividido em 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 99.998% de propriedade do Estado e 0,002% da Companhia Paulista de Parcerias - CPP.

Os Conselheiros de Administração subscritores desta Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa eleitos pelo controlador são: Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho; Adailton Cesar da Costa Martins; Nelson Antônio de Souza; e, Thiago Rodrigues Liporaci. Os membros independentes são: Eduardo

Marson Ferreira; Lídia Goldenstein; Roberto Brás Matos Macedo; e, Jerônimo Antunes que também é presidente do Comitê de Auditoria. Luciana Leal Coelho foi eleita pelos empregados para compor o Conselho.

- **Data de divulgação: 30/04/2021.**

2. INTERESSE PÚBLICO

Desenvolve SP – o Banco do Empreendedor tem como propósito contribuir para o desenvolvimento da economia paulista, oferecendo linhas de crédito que impactam diretamente na geração de emprego das empresas beneficiadas.

Financia projetos e programas de eficiência energética, de desenvolvimento social e regional e de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do Estado, com especial atenção às iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, implementando políticas de redução das desigualdades sociais e regionais; de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente; de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis, inclusive com o aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos; de ampliação e melhoria da infraestrutura; de crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paulista, e das atividades comerciais, de serviço, do turismo e do agronegócio.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

O Desenvolve SP acredita que políticas eficientes de crédito que respeitem o meio ambiente e preservem os recursos naturais podem transformar de forma positiva a economia paulista, gerando mais empregos e renda. Financiamentos de longo prazo tornam possível investimentos em tecnologia, inovação e aumentam a eficiência e a sustentabilidade das empresas.

A instituição atua por meio da concessão de linhas de financiamento e a administração dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Além destas áreas de atuação, oferece opções de garantias por meio de Fundos de Aval.

Atua em todo o território paulista por meio das parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, comerciantes e prestadores de serviços, assim como apoia o crescimento de *startups*, por intermédio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs).

Integrado com o Governo do Estado de São Paulo, participa ativamente de projetos governamentais de políticas públicas, sempre comprometida com a adoção

de políticas anticíclicas e com o aumento da competitividade das empresas e a sustentabilidade da economia paulista.

Em decorrência do forte impacto econômico causado pela pandemia provocada pelo Coronavírus, a Instituição reviu seu plano de negócios e remodelou suas linhas de crédito com a finalidade de apoiar as empresas paulistas no enfrentamento dos fortes impactos financeiros negativos que as atingiu.

3.1. Financiamento ao Desenvolvimento Econômico

Visando apoiar, principalmente, projetos inovadores e sustentáveis economicamente, socialmente e ambientalmente, a agência oferece uma gama de linhas de financiamento que serão detalhadas adiante.

Em 2020, sua atuação foi focada no atendimento das empresas por linhas de crédito para enfrentamento dos impactos decorrentes da pandemia. As linhas priorizadas foram as de capital de giro, para as micro, pequenas e médias empresas, dos setores mais atingidos, entre os quais destacaram-se o turismo, a cultura, a economia criativa e o comércio.

A linha Capital de Giro por meio do crédito digital permitiu que fossem atendidas em condições especiais de financiamento, a quantidade recorde de 2.880 micro e pequenas empresas, crescimento de 292% em relação ao ano anterior. No exercício foram desembolsados R\$ 427 milhões para as micro e pequenas empresas paulistas.

3.1.1. Linhas de Financiamento para o Setor Privado

O Desenvolve SP dispõe de 22 linhas de financiamento para o setor privado. O destaque do ano foram os lançamentos da Linha Fungetur – Giro e da Linha Crédito Digital – Audiovisual, Turismo e Comércio.

Além destes dois lançamentos, as principais linhas de financiamento oferecidas pela instituição são voltadas para inovação, projetos sustentáveis, projetos de investimento, financiamento de máquinas e equipamentos, financiamento para exportação e capital de giro.

3.1.2. Linhas de Financiamento para o Setor Público

Incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista é uma das missões do Desenvolve SP. Nesse sentido, apoia as prefeituras na realização de investimentos de infraestrutura municipal, oferecendo dez linhas de financiamento para o setor público com juros competitivos e longo prazo para amortização.

Estas linhas permitem que os municípios elevem a qualidade de vida de seus cidadãos com iniciativas de sustentabilidade ambiental, por meio da implementação de projetos de infraestrutura entre os quais destacam-se a adequação e construção de distritos industriais, construção de centros de distribuição e abastecimento, e obras de pavimentação e recapeamento.

A liberação do crédito para o setor público só ocorre após a comprovação da saúde financeira e da capacidade de endividamento e de pagamento das prefeituras, o que permite o planejamento e a busca por uma gestão municipal mais eficiente.

O financiamento ao setor público atingiu a marca de R\$ 177 desembolsados, beneficiando 64 prefeituras, que correspondem ao maior valor desde a sua constituição, e crescimento de 57% em relação a 2019.

Com a finalidade de aproximar o Desenvolve SP de todos os municípios paulistas, foram realizadas 79 visitas às Prefeituras, entre janeiro e março de 2020. Após este período, em razão da pandemia, a Instituição passou a prestar suporte técnico às prefeituras de forma remota, por meio de 71 videoconferências.

3.1.3. Programas de Governo

O Desenvolve SP atua em diversos projetos de políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Em 2020, o Desenvolve SP atuou como instrumento financeiro do Governo do Estado de São Paulo nos Programas: Transformando Cidades; Vale do Futuro; de Crédito Turístico; de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP); São Paulo Inova, de Apoio ao Setor Avícola; Empreenda Rápido; Portal do Paranapanema (Fundespar); Frota Nova; Água Limpa e Iluminação Pública.

Desde o início do Programa Vale do Futuro, o Desenvolve SP já liberou R\$ 12 milhões em créditos para a região do Vale do Ribeira. Em agosto de 2020, foram recebidos no Palácio dos Bandeirantes empresários do Vale do Ribeira que realizaram projetos voltados ao turismo, inovação e biodiversidade, com financiamentos concedidos pela Instituição. São setores altamente impactados pela pandemia e o objetivo foi conhecer seus projetos e ouvir as demandas da região.

3.1.4. Entidades Parceiras

O Desenvolve SP formalizou em 2020 parcerias com entidades e instituições multilaterais, que apresentam sinergia com os seus Planos Estratégicos.

As principais foram com o **Sebrae-SP e o Banco do Povo Paulista**, para a operacionalização do **Programa de Crédito Orientado aos Pequenos Negócios**, o qual concede financiamentos para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, e cuja finalidade foi ampliar os resultados positivos já obtidos no âmbito do Programa Juro Zero Empreendedor (PROMEI), e com Sabesp no âmbito do Programa Novo Rio Pinheiros celebrou contrato de financiamento no valor de R\$ 70 milhões, para a construção de infraestrutura de coleta de esgoto na bacia do Jaguaré e sua ligação às residências de mais de 58 mil famílias.

3.2. Fundos Garantidores

O Desenvolve SP oferece três fundos garantidores que visam suprir a falta de garantias disponíveis pelas empresas durante o processo de contratação das operações de crédito.

Fundo de Aval (FDA), atua com recursos do Tesouro Estadual, e garante linhas de financiamento para micro e pequenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 16 milhões, bem como as operações do Banco do Povo Paulista.

Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), gerido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tem a finalidade de complementar as garantias oferecidas por micro e pequenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões.

Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), avaliza linhas concedidas para micro, pequenas e médias empresas com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões, cujos

recursos tenham sido repassados pelo BNDES, pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), assim como as realizadas com recursos próprios da Instituição.

No exercício de 2020, os fundos garantidores já foram utilizados em 24.195 operações, garantindo cerca de R\$ 808 milhões, em operações concedidas pelo Desenvolve SP, Banco do Povo Paulista e Sebrae.

3.3. Fundos de Desenvolvimento

O Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, cujos recursos são destinados aos Programas e Projetos de Desenvolvimento do Estado. Os fundos foram regulamentados pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010.

Administrou em 2020, além do Fundo de Aval (FDA), oito outros fundos, relacionados a seguir, cujo patrimônio alcança cerca de R\$ 1,2 bilhão. São eles os Fundos: Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet); de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac); de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR); Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac); de Desenvolvimento Econômico e Social Pontal de Paranapanema (Fundespar); de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista); Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro); e de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap).

O Desenvolve SP vem mantendo tratativas com as Secretarias de Estado gestoras, com a finalidade de assumir a administração dos Fundos: Estadual de Controle da Poluição (Fecop), de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Fundovale), de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS), Metropolitano de Financiamento e Investimento (Fumefi), Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS) e de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (Fundocamp).

3.4. Fundos de Investimento em Participações (FIP)

Apoia o crescimento de *startups* e de diversas empresas paulistas, bem como o empreendedorismo de alto impacto, participando como cotista de cinco Fundos de

Investimento em Participação.

O objetivo destes Fundos é investir em empresas inovadoras, que desejam ter uma estrutura baseada nas melhores práticas de gestão e governança. Desta maneira, o Desenvolve SP assume o compromisso de fomentar a cultura de capital de risco no país, configurando uma importante alternativa de crédito, que além de recursos traz consigo um aprimoramento da gestão da empresa e maior eficiência do negócio.

Além do Desenvolve SP, investem nestes Fundos tanto investidores públicos quanto privados. Os Administradores e os Gestores dos FIPs são autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para exercer estas atividades. Os FIPs investidos são os seguintes: Fundo Inovação Paulista; Fundo Aeroespacial; Fundo Performa Investimentos SC-I; Fundo BBI Financeiro; e, Fundo CRP Empreendedor⁷.

A Instituição aportou R\$ 53 milhões nestes FIPs, e no encerramento de 2020 já registrava um patrimônio de R\$ 91 milhões. No total, 52 empresas receberam investimentos, das quais 41 delas estão localizadas no estado de São Paulo.

4. FONTES DE RECURSOS

Para a concepção de políticas de fomento e a implementação de suas linhas de financiamento, utiliza o seu próprio caixa, recursos dos fundos públicos, recursos de repasses de instituições de fomento e desenvolvimento nacionais e internacionais.

É agente repassador de recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Em 2020, o Desenvolve SP captou junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o valor de R\$ 271 milhões e prazo de amortização de até 6 anos. A captação será destinada para projetos de investimento que tenham sustentabilidade, de modo a estar alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além desta ação, o Desenvolve SP captou R\$ 300 milhões junto ao Fungetur, linha do Ministério do Turismo voltada para apoio financeiro às empresas privadas do

setor turístico.

Emcontram-se em negociação captações junto ao *International Finance Corporation* (IFC), cujos recursos serão direcionados para o projeto de despoluição do Rio Pinheiros e ao *New Development Bank* (NDB), com garantia soberana, já aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofix), e cujo foco será em investimento em projetos sustentáveis de infraestrutura do setor público e de empresas privadas.

5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2019 – 2023) E PLANO DE NEGÓCIOS 2020

O Desenvolve SP reviu seu plano de atuação no início de 2020 e remodelou suas linhas de crédito para apoiar as empresas do estado no enfrentamento dos impactos financeiros negativos provocados pela pandemia.

A revisão teve a finalidade de se manter alinhada ao Plano São Paulo, e redefiniu as macros ações de curto (3 – 6 meses) e médio prazo (6 – 12 meses e de 12 meses – 3 anos). As diretrizes definidas originalmente no Planejamento Estratégico foram mantidas, e realizadas alterações pontuais nas medidas de curtíssimo prazo, entre as quais priorizar a concessão de crédito para micro e pequenas empresas, e elevar o volume de recursos direcionados para capital de giro. As ações implantadas para o enfrentamento aos impactos econômicos causados pelo Covid-19 estão disponíveis no Relatório da Administração de 2020, publicado no site de [Instituição](#).

5.1. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Instituição está baseado em três pilares: Missão; Visão; e, Valores, os quais são detalhados a seguir:

➤ MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

➤ VISÃO

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

➤ **VALORES**

- ✓ *Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;*
- ✓ *Prezamos pela responsabilidade socioambiental;*
- ✓ *Buscamos a eficiência em todos os negócios;*
- ✓ *Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;*
- ✓ *Temos orgulho de fazer parte desse time!!!*

➤ **OBJETIVOS INSTITUCIONAIS**

Relação com o Governo	• Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e reduzindo as diferenças regionais. • Estar presente nos planos de retomada da economia após Covid-19
Inovação	• Inovar em todos os seus negócios, a fim de potencializar a sua presença no mercado, maximizar os seus resultados, garantindo a sua perenidade.
Sustentabilidade Socioeconômica	• Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da Instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.
Eficiência Operacional	• Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.
Valorização De Pessoas	• Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

5.2. Plano de Metas 2020

O Plano de Metas foi revisto e aprovado pelo Conselho de Administração, em agosto de 2020, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, e auxiliar e direcionar a sua estratégia, assim como permitir o atingimento de sua missão, conforme os indicadores relacionados abaixo.

Índice de Eficiência: *expressa a relação entre as despesas operacionais e a receita bancária.*

Lucro Líquido Recorrente: *apurado a partir do Lucro Líquido com adições e exclusões de despesas e receitas não recorrentes no período.*

Capacitação de colaboradores: *programa de treinamento interno apurado pelo somatório das horas-aula.*

Novas Parcerias: *parcerias com associações, órgãos, instituições nacionais e internacionais, financeiras e canais de distribuição.*

Captação de Recursos - Terceiros: *valor captado por meio de parcerias com instituições e órgãos financeiros.*

Desembolso Inovação: desembolsos realizados no ano em linhas direcionadas para inovação.

MPE Atendidas: quantidade de micro e pequenas empresas que receberam recursos no exercício.

Desembolso Setor Privado: desembolsos realizados em 2020 para o setor privado.

Propostas Geradas - Setor Público: fase final do processo no Desenvolve SP das solicitações das operações de crédito.

Integração Técnica - Setor Público: quantidade de videoconferências realizadas com as Prefeituras para suporte técnico.

Índice de Inadimplência: percentual da carteira de créditos vencidos há mais de 90 dias.

Plano de Metas 2020 (*R\$ Milhões)

DESENVOLVE SP		2020	META GLOBAL	98,88%
INDICADOR	PESO	META	REALIZADO	% REALIZADO
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA	0,100	66,59%	61,51%	107,63%
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE*	0,100	R\$ 48,5	R\$ 51,9	107,15%
CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES	0,050	760:00	1115:30	146,78%
NOVAS PARCERIAS	0,050	13	17	130,77%
CAPTAÇÃO DE RECURSOS – TERCEIROS*	0,200	R\$ 250,0	R\$ 300,0	120,00%
DESEMBOLSO INOVAÇÃO*	0,050	R\$32,3	R\$ 25,1	77,53%
MPE ATENDIDAS	0,200	2.164	2.880	133,09%
DESEMBOLSO SETOR PRIVADO*	0,100	R\$ 723,2	R\$ 907,9	125,54%
PROPOSTAS GERADAS - SETOR PÚBLICO*	0,025	R\$ 280,0	R\$ 318,9	113,88%
INTEGRAÇÃO TÉCNICA - SETOR PÚBLICO	0,025	50	71	142,00%
INADIMPLÊNCIA	0,100	3,85%	0,47%	187,78%

*Em milhões

Cabe observar que em 2020, a Meta Global alcançou 98,88%, e é considerado cumprido quando do atingimento de percentual igual ou superior a 80% (oitenta por cento).

Com o atingimento das Metas, a Instituição e a Diretoria Colegiada cumprem com o compromisso dos planos e resultados e estão em conformidade com o disposto na Lei 13.303/2016 e no Decreto nº 59.598/2013.

6. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

6.1. Desembolsos

Em 2020, os desembolsos somaram R\$ 1.085 milhões, sendo 44,6% liberados com recursos próprios e 55,4% com recursos de terceiros, o que possibilitou que fossem atendidas 3.253 empresas e 64 prefeituras, abrangendo um total de 285 municípios paulistas.

Muitas empresas tiveram suas atividades reduzidas em função da pandemia, o que provocou uma elevação substancial na demanda por capital de giro. Por conta disso, os recursos liberados nesta linha representaram 63,1% do valor desembolsado

em 2020. Do restante, 35,1% foi destinado para projetos de investimento e 1,8% para a aquisição de máquinas e equipamentos.

Cabe destacar o financiamento para capital de giro, na modalidade Crédito Digital, cujo teto é de R\$ 1 milhão, no qual foram realizadas 1.763 operações, totalizando R\$ 342 milhões e crescimento de 243% em relação a 2019.

O Desenvolve SP desembolsou para o Setor Privado, por meio da Linha Economia Verde, o total de R\$ 103 milhões. Desde a criação da linha já foram desembolsados 347 milhões.

As linhas Economia Verde Municípios, Água Limpa e Iluminação Pública são linhas destinadas ao Setor Público, que visam preservar o desenvolvimento sustentável dos municípios. Foram desembolsados R\$ 21 milhões em 2020, alcançando um total de R\$ 44 milhões desde o início da linhas.

Para o setor de serviços foram desembolsados R\$ 442 milhões, que correspondem a 40,8% das liberações do ano, seguido pelas indústrias com 27,9%, o setor público com 16,3%, o comércio com 14,5%, e o agronegócio com 0,5%.

6.2. Operações de Crédito

O foco da Instituição em gerar novas operações permitiu que em 31 de dezembro de 2020, o saldo das operações de crédito totalizassem R\$ 1.980 milhões, aumento de 56,1% em relação ao ano anterior.

Os financiamentos para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos foram as que apresentaram maior representatividade, com 53,9% da carteira de crédito, consolidando assim o papel do Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico do Estado.

O capital de giro representou 41,5% da carteira. A elevação reflete a busca das empresas por capital de giro para o enfrentamento da crise financeira provocada pelo Covid-19.

Em relação ao porte, 77,9% do total da carteira de crédito refere-se às micro, pequenas e médias empresas, e a participação do saldo de carteira do setor público alcançou 19,1%.

6.3. Desempenho Financeiro

O Desenvolve SP registrou em 2020 um lucro líquido de R\$ 49 milhões, um crescimento de 3,0% em relação a 2019.

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 1.160 milhões, o Retorno Anualizado sobre o PL (ROAE) registrou 4,34%, o resultado bruto da intermediação financeira R\$ 119 milhões e o saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas foi de R\$ 40 milhões, o que permitiu que o resultado operacional atingisse R\$ 79 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 2.626 milhões, composto por 71,3% de operações de crédito, sendo 51,4% de recursos próprios e 48,6% com recursos de terceiros, o restante dos ativos é composto por 23,4% de títulos e valores mobiliários e 5,3% por outros ativos.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Desenvolve SP busca praticar e manter as melhores práticas de Governança Corporativa e seus princípios são a ética, a transparência, o profissionalismo, assim como zelar pela responsabilidade socioambiental. Estes princípios guiam as suas ações e permitem que os seus negócios estejam sempre alinhados às políticas públicas do Governo do Estado.

A instituição tem uma estrutura de governança corporativa bem definida, composta por:

Conselho de Administração.

Diretoria Colegiada. Em 31 de dezembro de 2020 a Diretoria Colegiada era formada por: Nelson Antônio de Souza - Diretor Presidente; Lucia Helena da Silva - Diretora de Negócios e Fomento; Cely de Campos Mantovani - Diretora Administrativa, de Projetos e Processos; e, Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto - Diretor Financeiro e de Crédito.

Comitê de Auditoria. Membros: Jerônimo Antunes – Presidente; Francisco Vidal Luna; Izaura Antunes de Sá Finzetto; Walter M. Machado de Barros.

Conselho Fiscal. Membros efetivos: Amauri Gavião Almeida Marques da Silva; Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo; Roberto Yoshikazu Yamazaki; Rubens Peruzin. Membros suplentes: André Luis Grotti Clemente; Ademar Bueno da Silva Júnior; Fábio Guimarães Serra; Gustavo Carvalho Tapia Lira.

O Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal órgãos estatutários independentes, têm atuação efetiva dentro de suas responsabilidades, sendo que o Presidente do Comitê de Auditoria é também Conselheiro de Administração.

Comitê de Remuneração. Órgão estatutário de caráter permanente, cujas regras de funcionamento são estabelecidas por regimento próprio e pelo estatuto social do Desenvolve SP, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e atuando com independência em relação à Diretoria Colegiada. Assessora o Conselho de Administração na condução da Política de Remuneração dos Administradores, nos termos da legislação vigente.

Em 2020, ocorreram as seguintes mudanças na administração: posse de novos membros do Conselho de Administração, entre eles, o seu Presidente; posse de novos membros da Diretoria Executiva: Diretoria Financeira e de Crédito e Diretoria Administrativa, de Projetos e Processos, completando o quadro de Diretores; revisão do Plano de Negócios, com o objetivo de ajudar no combate aos impactos econômicos causados pela pandemia da Covid19, intensificando a atuação do Desenvolve SP como instrumento financeiro do Governo do Estado e de políticas públicas.

Além dos colegiados estatutários descritos, a estrutura de governança corporativa da Instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados:

Comitê de Ética. Subordinado ao Conselho de Administração da Instituição, tem por atribuição, dentre outras, receber representações e denúncias, preferencialmente por meio dos canais de denúncias, sobre violações às normas contidas no Código de Conduta e Integridade do Desenvolve SP, bem como proceder à respectiva apuração e às recomendações, na forma prevista em seu regimento. O Comitê de Ética deve zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade, garantindo que sejam considerados e respeitados os seus princípios e normas em todos os negócios da Instituição.

Comitê de Crédito. Subordinado à Diretoria Financeira e de Crédito, tem como objetivo deliberar sobre propostas de operações de crédito sob sua alçada.

Comitê de Investimentos. Subordinado à Presidência, com coordenação exercida pelo Diretor Presidente, tem como principal objetivo selecionar e acompanhar o desempenho de fundos ou empresas para investimentos, observadas as regulamentações e as normas e políticas internas em vigor.

Comitê de Contratações Administrativas. Subordinado à Diretoria Administrativa, de Projetos e Processos, tem como competência apreciar as propostas de contratações iniciais e de eventuais aditamentos e prorrogações contratuais, pertinentes a compras, obras, serviços e locações.

Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro. Subordinado à Presidência, tem como objetivo analisar os casos de indício de operações ou propostas de operações suspeitas, relacionadas aos crimes de lavagem de dinheiro.

Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (Cada). Visa assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a documentos, dados ou informações, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.

Comitê de Desenvolvimento de Negócios. Possui a finalidade de otimizar e agregar as ações de criação e manutenção de produtos por meio de proposições e discussões entre seus membros, que integram diversas áreas da instituição.

Possui também estrutura de controles internos e unidades segregadas, como a Gerência de Auditoria Interna, que se reporta tecnicamente ao Comitê de Auditoria, e à Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas.

As decisões são tomadas pelos colegiados citados acima, cujas alçadas são definidas no Estatuto Social, nos Regimentos e Políticas aprovadas pelas alçadas competentes. As deliberações e diretrizes estratégicas do Conselho de Administração são pautadas na observância dos valores, crenças e nos propósitos do Desenvolve SP.

Suas Demonstrações Financeiras são auditadas pela empresa BDO RCS

Auditores Independentes. Foram aprovadas regularmente em todas as instâncias de governança da Instituição, encaminhadas ao Banco Central do Brasil e publicadas em jornal de grande circulação.

7.1. Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, responsável também pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental, além da elaboração de normas e os controles internos.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente, pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles e processos existentes.

Vale destacar o plano de ação desenvolvido para o aperfeiçoamento dos controles internos, resultantes do mapeamento de riscos realizado pelas Auditorias Interna e Externa e das ações decorrentes de eventuais alterações da regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores.

No âmbito do Acordo de Basileia III, o Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrado nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.327/2014, o Desenvolve SP possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que define diretrizes socioambientais que devem ser observadas pelas empresas para que sejam concedidos os financiamentos pleiteados.

Além disso, a instituição observa uma política interna de gerenciamento de risco socioambiental, a qual define as restrições a serem observadas para a não concessão de crédito a setores ecologicamente incorretos e procedimentos para avaliação, mensuração e mitigação do risco socioambiental presente nas operações de crédito.

7.1.1. Estrutura de Sistemas

O Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às suas atividades sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados por meio de modelos proprietários.

7.1.2. Controles Internos

A Política de Conformidade e Controles Internos da instituição define as diretrizes adotadas em relação às ações corporativas, inclusive com relação à disseminação da cultura de *compliance* e de implantação e manutenção de estrutura de controles internos.

O Sistema de Controles Internos é parte integrante dessa Política e tem por objetivo prover um conjunto de ferramentas essenciais para a operação eficiente da instituição, e que visam garantir a conformidade com a legislação e a regulamentação em vigor.

Um dos itens que compõem o Sistema de Controles Internos é o Mapeamento de Riscos das atividades da Instituição, utilizado para a construção de matrizes de risco e consequentemente implementação de medidas e planos de ação de melhorias, cujo resultado é apresentado semestralmente à Diretoria Colegiada, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal, por meio de Relatório de Controles Internos e Risco Operacional.

O Programa Representantes de *Compliance*, implantado no início de 2020, também faz parte do Sistema de Controles Internos e tem o objetivo de fortalecer a Primeira Linha de Defesa, ampliando a atuação da estrutura de controles já existentes, e atua por meio de empregados nomeados para este fim em todas as unidades.

Além disso, vale destacar o estrito cumprimento da Política de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT) e do Código de Conduta e Integridade, garantindo elevados padrões de integridade, legalidade e transparência na condução dos negócios da Instituição.

7.1.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

a) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento do Risco Operacional instituiu metodologias, responsabilidades e padrões adequados para a gestão do risco operacional, norteando a implementação de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos executados pela Instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Para esse cálculo, o Desenvolve SP optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

b) Risco de Mercado

O Desenvolve SP não possui operações registradas na carteira de negociação, e o risco de mercado de sua carteira é o risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (carteira bancária), calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia, conforme definido na Política de Gerenciamento do Risco de Mercado.

c) Risco de Crédito

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito segrega a gestão do crédito da gestão do risco de crédito.

A gestão do crédito é realizada pela Superintendência de Crédito e está definida como sendo o planejamento, a implementação e a administração dos princípios de crédito, e inclui os procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, realizados pela Gerência de Cobrança e Recuperação, e a avaliação do grau de suficiência de garantias de recebíveis, realizada pela Superintendência de Suporte ao Negócio.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas é responsável pela mensuração e pelo monitoramento e controle da exposição ao risco de crédito e pela estimativa das perdas associadas ao risco de crédito.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , cujo cálculo é efetuado de acordo com o que dispõe o Bacen.

d) Risco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Risco Socioambiental

A Resolução CMN nº 4.327/2014, dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), utilizada pela Instituição, na qual foram estabelecidas também as diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental.

A referida Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental, implementada em 2017, foi consolidada ao Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital em atendimento à citada Resolução.

A Política define também diretrizes e procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental nas operações realizadas pelo Desenvolve SP, de modo a garantir a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado e define, também, critérios socioambientais para avaliação de garantias e contratações administrativas.

f) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões com a finalidade de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange um período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

7.1.4. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Destaca-se aqui a implementação do Comitê de Proteção de Dados e Privacidade, que acompanha a promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

7.1.5. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Instituição adota procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, cuja Política que contempla esses procedimentos foi reformulada em 2020, para atendimento à Circular Bacen nº 3.978/2020.

7.2. Auditoria Interna

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da Instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da Instituição.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas unidades da Instituição, objetivam inibir possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como verificar o cumprimento das normas internas e externas, assegurando que os procedimentos estejam aderentes às políticas aprovadas e à legislação vigente.

No ano de 2020, foi realizado trabalho de auditoria nas atividades e processos do Desenvolve SP, tendo sido encaminhados às áreas envolvidas relatórios que, além de contribuírem para a regularização de falhas apontadas, resultaram em ações de melhorias implementadas nos processos de concessão e controle de operações, e recomendações que visam à melhoria contínua dos processos e a mitigação de riscos.

7.3. Transparência

O site do Desenvolve SP dispõe de uma página denominada “Transparência”, na qual são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da Instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos e informações referentes aos processos internos e externos.

O site institucional dispõe ainda de página dedicada à governança corporativa,

onde estão disponíveis informações sobre a administração da Instituição, assim como acerca dos órgãos colegiados e seus regulamentos, o planejamento estratégico e suas diretrizes, as políticas corporativas, as informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e a estrutura organizacional.

7.4. Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

O SIC foi instituído no Desenvolve SP, em junho de 2012, em cumprimento à Lei Federal nº 12.527/2011, e ao Decreto Estadual nº 58.052/2012. Ligado à Presidência, o SIC é uma unidade de atendimento responsável por prestar orientações, receber e gerenciar os pedidos de informações, bem como disponibilizar ao cidadão, por meio da página “Transparência”, informações de interesse coletivo.

Em 2020, foram registrados 91 pedidos de acesso à informação, sendo todas as solicitações respondidas no prazo exigido pelos normativos vigentes.

7.5. Ouvidoria

Com a missão de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos dos clientes, a Ouvidoria atua como canal de comunicação entre a Instituição, parceiros e os clientes de seus produtos e serviços, de forma transparente, independente e imparcial, inclusive na mediação de conflitos.

A Ouvidoria apresentou em 2020 um volume de acionamentos significativamente superior aos exercícios anteriores, devido ~~da~~ à elevação da demanda por crédito por parte das empresas paulistas, as quais puderam recorrer às linhas de financiamento, em condições especiais, como alternativa para neutralizar os problemas destas empresas decorrentes da pandemia.

Ao todo, foram registrados 358 protocolos, sendo 154 reclamações (42 improcedentes, 38 procedentes e solucionadas, 23 procedentes e parcialmente solucionadas e 51 procedentes e não solucionadas), 131 pedidos de informações e/ou esclarecimentos, 41 elogios, 27 críticas, 3 sugestões e 2 denúncias.

Todas as demandas foram respondidas, especialmente as reclamações, inclusive com a observação do prazo exigido pela Resolução do Bacen nº 4.433/ 2015.

Adicionalmente, o Desenvolve SP conta com o “Canal do Colaborador”, um canal de comunicação interno responsável por receber e dar atendimento às

manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da Instituição.

O Canal do Colaborador registrou em 2020 oito manifestações, sendo três reclamações, quatro denúncias e um pedido de esclarecimento.

A Ouvidoria registrou e deu prosseguimento a todas as manifestações recebidas por meio do Canal do Colaborador, sendo todas encaminhadas às unidades responsáveis, quando necessário, para conhecimento ou eventuais providências e esclarecimentos e, quando identificado, devolvidas à Ouvidoria para envio de resposta ao colaborador.

7.6. Remuneração dos Administradores

Com o objetivo de instituir forma, periodicidade e responsabilidades para a remuneração de administradores, a Política de Remuneração do Desenvolve SP, aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, em 4 de novembro de 2016, foi elaborada considerando o escopo de atuação das agências de fomento, as regras impostas pelo Estado de São Paulo e pelo Banco Central do Brasil.

A política abrange as remunerações fixa e variável, sendo que, para o pagamento de qualquer remuneração ou benefício não previstos na referida política, devem ser seguidas as normas estaduais vigentes.

No que tange às regras do Estado, o valor da remuneração dos administradores é fixado pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec), devendo ser aprovado ou ratificado em Assembleia Geral dos Acionistas.

Os membros da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração fazem jus, além da remuneração mensal, a uma gratificação anual a ser paga no mês de dezembro, no valor equivalente a um honorário mensal.

É devido, ainda, aos membros da Diretoria Colegiada, o pagamento de remuneração variável, calculada e distribuída conforme a Política de Remuneração.

A forma de pagamento, os ajustes e os fluxos operacionais estão definidos na política.

Os membros do Conselho de Administração do Desenvolve SP não fazem jus

à remuneração por resultados, prêmio eventual ou participação nos lucros na companhia.

8. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O Desenvolve SP completou, em março de 2020, 11 anos de atuação no setor financeiro, e o ano de 2020 foi especialmente marcado pela crise econômica decorrente da pandemia provocada pelo Covid-19.

A economia mundial passa por um período de retração, o qual deverá ser revertido a partir da aplicação em massa da vacina. O relatório Focus divulgado pelo Bacen¹, projeta queda de 4,36% do PIB brasileiro, reflexo da citada crise econômica. No referido relatório é apontada reversão desta tendência para o ano de 2021, e projeta crescimento do PIB de 3,4%.

A inflação de 2020 registrou 4,52%, ligeiramente acima do centro da meta de 4,0%, porém dentro do limite de 1,50%, e alta de 0,07% em relação à inflação de 2019. A meta da inflação para 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,50%⁻.

Em um ano marcado pela pandemia, a boa notícia foi o saldo positivo de criação de empregos no ano. Diferentemente das recessões de 2015 e 2016, quando o país perdeu mais de 1 milhão de empregos, em 2020, mesmo com a pandemia, segundo o Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (Caged), foram criadas 143 mil vagas de emprego formal.

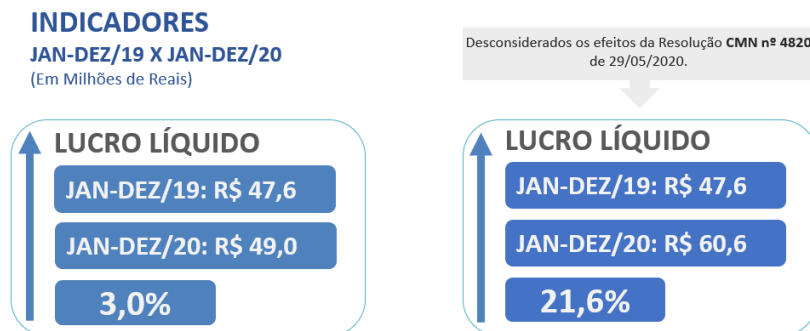
O Plano de Metas de 2020 da Instituição apresentava 11 indicadores, dos quais dez superaram a meta estipulada. O único indicador abaixo “Desembolso - Inovação” foi diretamente impactado pelo adiamento pelas empresas de investimentos em projetos. A Meta Global, resultante da ponderação dos indicadores, alcançou um percentual de 98,88%, acima do mínimo estipulado de 80% para o seu cumprimento, ficando inclusive acima do percentual observado no ano anterior.

Vale ressaltar que o Desenvolve SP superou seus resultados financeiros no exercício. O Lucro Líquido cresceu 3% quando comparado com 2019, e caso fosse desconsiderado os efeitos decorrentes da Resolução CMN nº 4.820/2020², alcançaria

¹ Relatório publicado em 4 de janeiro de 2021.

²

um crescimento de 21,6%.



O lucro líquido recorrente, que compõe o Plano de Metas de 2020, fechou com R\$ 51,9 milhões, ou seja, 107,15% da meta estipulada.

Merecem destaque, também, todas as iniciativas mencionadas neste Relatório realizadas em parceria com o Governo do Estado, em especial cabe citar os projetos governamentais de políticas públicas, contemplando a adoção de ações anticíclicas de apoio às empresas paulistas, visando mitigar os efeitos negativos decorrentes da pandemia.

9. CONCLUSÃO

Esta Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa consolida os principais pontos de atuação da Instituição, os quais se encontram alinhados ao interesse coletivo e às políticas públicas do Estado de São Paulo, em especial as relativas às atividades desenvolvidas no exercício em tela.

Tratou também das práticas de Governança Corporativa, da estrutura da Administração, dos controles, do desempenho, na forma prevista na Lei 13.303/2016.

A Resolução CMN nº 4.820/2020, alterada pela Resolução CMN nº 4.885/2020, limitou a remuneração do capital próprio ao equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Este percentual é inferior aos limites previstos na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700, de 14 de março de 2017, relativos a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio na apuração do Lucro Real para fins de cálculo do IR e CSLL. Diante disso, houve um aumento significativo na apuração dos tributos e, conseqüentemente uma redução no resultado do Desenvolve SP, no exercício de 2020.

Os Administradores entendem que a governança corporativa adotada para a condução dos negócios da Instituição, assim como o conjunto de realizações e iniciativas aqui expostas permitem sua consolidação como um importante instrumento de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Finalmente, cabe destacar que o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras auditadas e demais Relatórios foram divulgados no sítio eletrônico da Instituição, e contemplam mais detalhes das ações dos Administradores e dos resultados apresentados pelo Desenvolve SP em 2020.

São Paulo, 28 de abril de 2021.

JORGE LUIZ AVILA DA SILVA
Presidente

ADAILTON CESAR DA COSTA MARTINS

Conselheiro

EDUARDO MARSON FERREIRA

Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES

Conselheiro

LÍDIA GOLDENSTEIN

Conselheira

LUCIANA LEAL COELHO

Conselheira

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA

Conselheiro

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO

Conselheiro

THIAGO RODRIGUES LIPORACI

Conselheiro